

Janeiro a Junho de 2026

# NACAB EM CAMPO



Assessoria  
Técnica  
Independente  
PARAOPEBA

**NACAB**  
NÚCLEO DE ACESSORIA  
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS  
POR BARRAGENS

Foto: Luis Henrique do Carmo/Nacab

## Olá, Região 3!

O Nacab em Campo reúne as principais ações executadas ou acompanhadas pela ATI Paraopeba Nacab no primeiro semestre de 2026. Mais do que registrar fatos, esta edição busca contribuir para que as pessoas atingidas acompanhem o andamento do processo de reparação e fortaleçam sua participação nas decisões que afetam seus territórios.

O semestre teve importantes avanços no Anexo 1.1 do Acordo de Reparação, com a continuidade da organização da governança das pessoas atingidas e das etapas necessárias para a implementação dos projetos. Outro destaque foi a manutenção do Novo Auxílio Emergencial (NAE), ainda que provisoriamente. Resultado de longa mobilização das pessoas atingidas, o NAE segue sendo objeto de intensa disputa judicial. As sucessivas tentativas da Vale de reverter decisões que cancelam a continuidade do pagamento vêm gerando tensão em toda a Bacia.

Ao longo dos últimos meses, também acompanhamos a retomada dos Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), agora sob responsabilidade de uma nova consultoria. Embora represente a continuidade de um processo aguardado há anos, a necessidade de refazer parte dos levantamentos significa que as comunidades ainda devem esperar mais tempo por respostas.

Esta edição apresenta ainda o início do Estudo da Produção Agropecuária

e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba, os debates sobre a implantação de sistemas de saneamento básico, as discussões relacionadas ao Programa de Educação Ambiental e outras ações de acompanhamento da reparação socioambiental (Anexo 2 do Acordo).

As atividades realizadas nos territórios mostram que a reparação também se fortalece por meio da organização comunitária, da troca de conhecimentos e da valorização dos modos de vida. Intercâmbios entre coletivos de mulheres, os cursos realizados na Aldeia Kamakã, no contexto do Anexo 1.3 do Acordo, e a participação efetiva das comunidades em espaços públicos de debate revelam que a busca por justiça e a defesa de direitos caminham lado a lado com a preservação dos saberes tradicionais.

O semestre marcou, por fim, o início da atuação do Nacab no Plano do Processo, cujos trabalhos incluem o acompanhamento dos ERSHRE e das demandas emergenciais, além dos andamentos processuais não contemplados pelo Acordo Judicial de Reparação.

Em cada uma dessas iniciativas, a Assessoria Técnica Independente segue cumprindo seu papel de apoiar as pessoas atingidas com informações qualificadas, acompanhamento técnico, mediação nas negociações e presença permanente nos territórios, contribuindo para ampliar as condições de participação informada no processo de reparação.



## Atendimento às pessoas atingidas

Entre janeiro e junho de 2026 foram 765 agendas realizadas em todo o território. Elas incluíram reuniões comunitárias e solicitações de demandas que foram, em sua maioria, presenciais.

**765**

Agendas realizadas

**158**

Visitas em campo

**501**

Agendas com as pessoas atingidas

## Nacab inicia atuação no Plano do Processo

Em maio, o Nacab iniciou sua atuação no Plano de Trabalho do Processo, etapa fundamental para retomar frentes centrais da reparação, que seguem em discussão na Justiça. Entre elas estão os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), o acompanhamento das demandas emergenciais, o estudo das perícias da UFMG e o levantamento dos danos supervenientes, como os provocados pelas enchentes, os prejuízos estruturais em casas e edificações e os impactos à saúde.

Embora a ATI Paraopeba Nacab já estivesse atuando no acompanhamento desses temas, a formalização dessa atuação por meio de um Plano de Trabalho aprovado pelas Instituições de Justiça traz maior segurança jurídica às ações em curso, além de assegurar a continuidade do trabalho junto às pessoas atingidas.





Foto: Bárbara Ferreira/Nacab

## ERM assume estudos de saúde e meio ambiente com previsão de dados para 2027

Após sete anos de espera pela apresentação dos resultados sobre os Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), em março, a consultoria ambiental Environmental Resources Management (ERM) assumiu os trabalhos do Grupo EPA, até então responsável pela pesquisa em todo o Paraopeba.

Para dar continuidade ao processo, a ERM está realizando reuniões com as lideranças regionais para apresentação do trabalho e dos pontos estratégicos. Para a Região 3, a empresa pretende divulgar os dados sobre a Fase 1 dos ERSHRE, que consiste no levantamento de informa-

ções base para o estudo, apenas em 2027. Os dados inicialmente levantados pelo Grupo EPA, de 2019 a 2024, mostraram-se insuficientes e foram invalidados, sendo necessário refazê-los, para dar continuidade à pesquisa. A coleta de dados sobre as condições do meio ambiente, que inclui amostras de solo, sedimentos, água, hortaliças, ovos, leite, dentre outros, será realizada novamente, mas agora pela ERM.

Enquanto as comunidades seguem sem resposta, a ATI Paraopeba Nacab acompanha mensalmente as reuniões da AECOM, auditora do Plano de Reparação Socioambiental.

## Começa o estudo sobre segurança alimentar na Bacia do Paraopeba

Em maio, foi apresentado o Estudo da Produção Agropecuária e do Pescado na Bacia do Rio Paraopeba (EA). A pesquisa foi incluída no processo de reparação após solicitação das comunidades atingidas e dos órgãos de controle, tendo como objetivo avaliar se os alimentos produzidos nas regiões atingidas estão adequados para o consumo.

O estudo abrange os 29 municípios inseridos nos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE), e, no dia 30/06, a COPPE/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ) entregou o Plano de Trabalho para a aplicação dos questionários da pesquisa.

# Anexo 1.1 avança da priorização dos danos para a construção dos projetos comunitários

Um semestre de transição entre a etapa de identificação dos danos e priorização das demandas para a etapa de construção concreta dos projetos que poderão receber recursos do Anexo 1.1.

O primeiro semestre de 2026 marcou uma nova etapa na implementação do Anexo 1.1 do Acordo de Reparação. Após a constituição dos Conselhos e Setores Locais e do processo de identificação dos danos vivenciados pelas comunidades atingidas, os debates passaram a se concentrar na definição de prioridades, na construção dos projetos e na discussão dos mecanismos que irão viabilizar a aplicação dos recursos destinados à reparação socioeconômica.

Com previsão de R\$ 3 bilhões - sendo R\$ 2 bilhões para projetos comunitários e R\$ 1 bilhão para crédito e microcrédito - o Anexo 1.1 entrou em uma fase marcada pela participação das pessoas atingidas na definição dos caminhos para a aplicação desses recursos.





## **Das prioridades aos projetos**

Os primeiros meses foram dedicados à consolidação das propostas construídas pelas comunidades. A publicação da Lista de Projetos da Região 3 e do Caderno de Apoio à Escolha de Projetos reuniu informações sobre os danos identificados, as potencialidades dos territórios e as demandas apresentadas pelas comunidades dos dez municípios da região.

As propostas abrangem áreas como agricultura familiar, geração de renda, acesso à água, infraestrutura, cultura, esporte, meio ambiente e fortalecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

## **O debate sobre crédito e microcrédito**

Em março, a Entidade Gestora apresentou uma proposta de Crédito e Microcrédito, com diferentes modalidades de financiamento. A proposta gerou debates sobre acesso aos recursos e participação das pessoas atingidas na construção das regras do programa. Diante dos questionamentos apresentados pelas representações dos atingidos, a Entidade Gestora suspendeu a proposta piloto de microcrédito e informou que as condições definitivas das linhas de crédito continuariam sendo discutidas nas instâncias de governança do Anexo 1.1.

## Construção coletiva e planejamento regional

A partir de abril, os debates passaram a se concentrar na construção dos projetos e na articulação entre as diferentes comunidades da Região 3. O Nacab reuniu pessoas atingidas, universidades, organizações parceiras e especialistas para discutir as propostas priorizadas e identificar pontos de convergência entre iniciativas de diferentes municípios.

Esse processo teve continuidade em maio, durante o Seminário de Planejamento Estratégico Situacional, que resultou na definição de diretrizes para o Plano de Recuperação e Desenvolvimento Regional Comunitário (PRDC). Entre as prioridades apontadas pelas comunidades estiveram o fortalecimento das cadeias produtivas, a formação técnica e cooperada e a melhoria da infraestrutura básica dos territórios.

Em julho, o Intercâmbio Agroecológico sobre Quintais Produtivos representou mais um passo nessa trajetória. Reunindo participantes de toda a Região 3, a atividade permitiu o aprofundamento das propostas relacionadas a produção de alimentos, geração de renda, sistemas agroecológicos e segurança alimentar. O encontro também contribuiu para transformar ideias e demandas em projetos.

No final do semestre, o Anexo 1.1 entrou

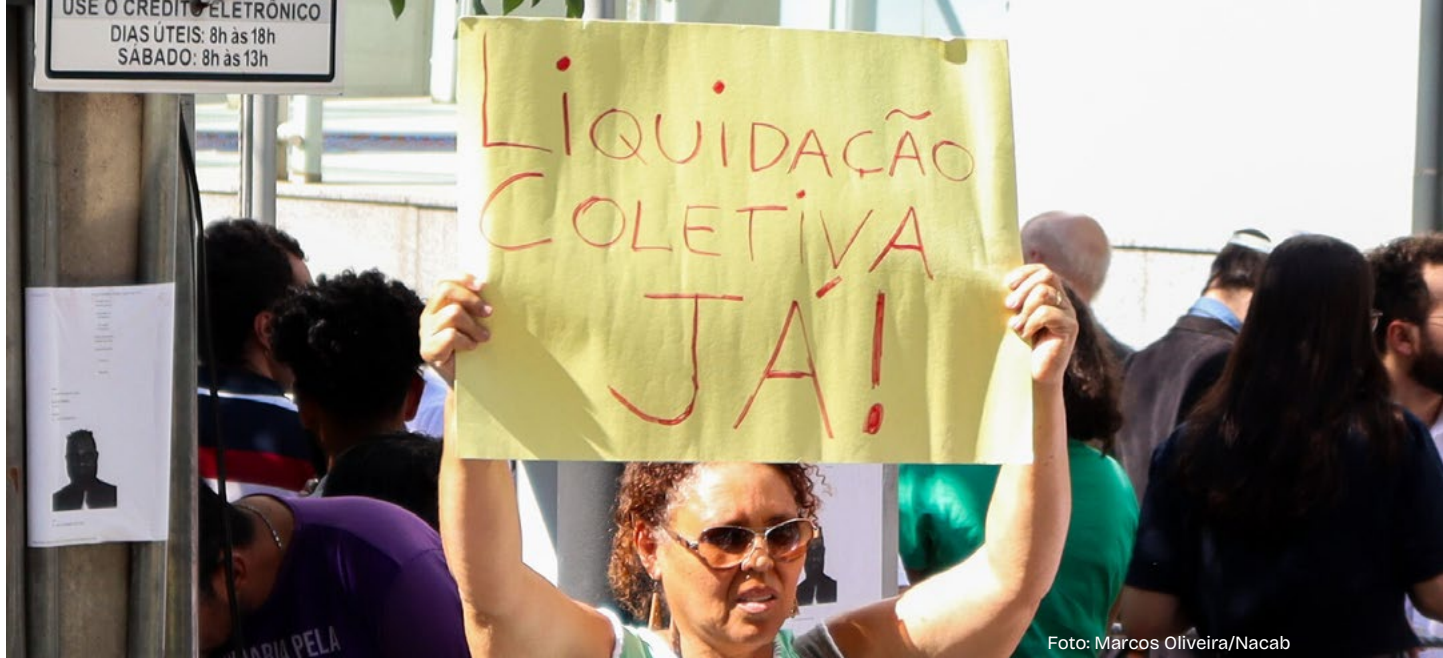
em uma fase voltada à construção dos projetos e à definição dos caminhos para aplicação dos recursos da reparação socioeconômica. Essa etapa representa um avanço importante para as comunidades atingidas, fruto de uma trajetória marcada por sete anos de mobilização e reivindicações por participação, reconhecimento dos danos e garantia de direitos. Enquanto os projetos começam a ganhar forma, permanece o desafio de transformar os recursos previstos no Acordo em ações e demandas concretas.



Foto: Ariane Silva/Nacab



Foto: PH Reinaux/Nacab



## Liquidação coletiva é defendida pelo MPF, Justiça mantém suspensão das ações individuais

Em janeiro, o Ministério Público Federal (MPF) emitiu parecer favorável às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem e contrário às tentativas da Vale de barrar a liquidação coletiva dos danos individuais. No documento, o órgão recomendou que o Recurso Especial da mineradora, que buscava impedir o andamento da liquidação coletiva, não fosse acolhido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). O MPF argumentou que houve um número muito baixo de ações individuais em relação ao total de pessoas atingidas, e defendeu que o cálculo e o pagamento das indenizações sigam de forma coletiva, para garantir uma reparação mais justa.

O órgão também reforçou a necessidade de manter a inversão do ônus da prova, cabendo à Vale apresentar as provas no processo, e não às pessoas atingidas reunir material que comprove os danos sofridos. O parecer foi juntado aos autos do Recurso Especial da Vale no STJ, que seguiu para o julgamento definitivo pela 2ª Turma do STJ.

Em abril, com o voto do ministro Gilmar Mendes, o Supremo Tribunal Federal (STF) chegou ao placar de 5 a 1 em favor dos atingidos e contra o Recurso Extraordinário nº 1449302 apresentado pela Vale. A tese que vem ganhando força é a de que o Ministério Público pode atuar na liquidação e na execução coletiva de sentenças quando houver interesse social, especialmente em casos que envolvam direitos individuais homogêneos. Ainda não há data prevista para a conclusão, e os ministros que já votaram podem rever seus votos.

Em junho, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) rejeitou o recurso apresentado pela Vale contra a decisão que possibilitou a suspensão das ações que pedem indenizações individuais, enquanto tramita o processo de apuração coletiva dos danos causados pelo rompimento. Permanece, contudo, a exceção para processos relacionados a danos à saúde mental, que podem continuar tramitando individualmente.



Foto: Marcio Martins/Nacab

## Novo Auxílio Emergencial: estratégia da Vale foi tentar derrubá-lo de diversas formas

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma intensa disputa judicial em torno do Novo Auxílio Emergencial (NAE), criado para garantir apoio financeiro às pessoas atingidas pelo desastre-crime da Vale, em Brumadinho, enquanto persistirem seus impactos. A mineradora adotou diferentes estratégias para tentar interromper os pagamentos, levando a discussão a todas as instâncias do Judiciário. Em resposta, decisões sucessivas mantiveram o entendimento de que os danos continuam produzindo efeitos sobre a vida das comunidades e que a reparação ainda não foi concluída.



Foto: Marcio Martins/Nacab

Enquanto os recursos avançavam no Judiciário, a Justiça também garantiu a continuidade operacional do programa, determinando novos depósitos mensais pela Vale e autorizando a transferência dos recursos à Fundação Getúlio Vargas (FGV), responsável pela operacionalização do benefício. Ao mesmo tempo, a mineradora apresentou novos pedidos para tentar dificultar a continuidade do programa, como exigências de caução, tentativas de impedir a liberação dos recursos e questionamentos sobre a permanência da FGV. Em todas essas situações, as decisões judiciais priorizaram a continuidade dos pagamentos às famílias atingidas.

## Estratégia da Vale se amplia e disputa chega aos tribunais superiores

Depois das derrotas no TJMG, a estratégia da Vale passou a percorrer diferentes instâncias do Judiciário. Além da Recla-

mação apresentada ao Órgão Especial do Tribunal, recursos chegaram ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Paralelamente, o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) ajuizou uma ADPF questionando a aplicação da PNAB ao caso de Brumadinho.

A discussão passou a envolver não apenas a continuidade do NAE, mas também a interpretação da própria Lei. Nesse contexto, AGU, MPMG e Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentaram manifestações ao STF com entendimentos distintos. O capítulo mais recente ocorreu em julho, quando a PGR opinou pela suspensão das decisões que garantem o auxílio. O parecer, entretanto, não possui efeito vinculante e os pagamentos continuam assegurados até que o Supremo julgue definitivamente a ação.

Ao final do semestre, a disputa permanecia em curso. Enquanto a Vale buscava reverter o NAE em diferentes frentes processuais, as decisões judiciais continuavam reconhecendo que os impactos do rompimento persistem e que a reparação ainda não foi concluída.



# Nas portas dos tribunais, pessoas atingidas cobram manutenção do NAE e responsabilização pelo desastre-crime

Pessoas atingidas têm ocupado as portas dos tribunais para acompanhar os julgamentos e exigir justiça, reparação integral e a responsabilização dos envolvidos no desastre-crime.

Em fevereiro, durante audiência da etapa do processo criminal que determinará se os funcionários da Vale e da Tüv Süd serão levados a julgamento pelo Tribunal do Júri, pessoas atingidas, parlamentares, familiares de vítimas, representantes da Associação dos Familiares das Vítimas e Atingidos pelo Rompimento da Barragem em Brumadinho (AVABRUM), movimentos sociais e integrantes da sociedade civil participaram de um ato político na porta do TRF-6.

A presença popular também marcou o julgamento realizado no TJMG, em 5 de março. Cerca de 200 pessoas atingidas da Região 3 estiveram na entrada do TJMG, junto a centenas de participantes de outras regiões da Bacia do Paraopeba, acompanhando a votação que rejeitou uma ação da Vale contra a continuidade do Novo Auxílio Emergencial (NAE).



## Novo Auxílio Emergencial em 2026

| Municípios           | Inserções em 2026 | Número de beneficiários | Valor total NAE (R\$) |
|----------------------|-------------------|-------------------------|-----------------------|
| Caetanópolis         | 4                 | 705                     | 2.311.760,29          |
| Esmeraldas           | 22                | 7253                    | 39.962.331,61         |
| Florestal            | 1                 | 1209                    | 6.566.484,54          |
| Fortuna de Minas     | 1                 | 1868                    | 9.849.617,21          |
| Maravilhas           | 1                 | 544                     | 2.958.199,13          |
| Papagaios            | 5                 | 423                     | 4.341.760,06          |
| Pará de Minas        | 1                 | 1009                    | 5.554.188,90          |
| Paraopeba            | 89                | 1913                    | 15.286.085,86         |
| Pequi                | 0                 | 822                     | 4.341.760,06          |
| São José da Varginha | 7                 | 1057                    | 5.969.695,91          |

**131**  
inserções em 2026

**16.803**  
beneficiários totais

**+97 Mi**  
valor total NAE

Acesse o portal da  
transparência da FGV:



# Comunidades atingidas definem sistemas de saneamento básico em Esmeraldas



Foto: Luís Henrique do Carmo/Nacab

Durante Audiência Pública sobre o Anexo 2.2 que aconteceu em Esmeraldas, no mês de maio, comunidades atingidas solicitaram informações sobre o cronograma de execução, os critérios de escolha do atendimento e a necessidade de priorização dos territórios atingidos para implementação do Saneamento Básico, com recursos do Anexo 2.2 do Acordo de Reparação.

Durante a audiência, destacaram a importância do saneamento e questionaram sobre quais levantamentos técnicos seriam realizados, com preocupação sobre os custos de manutenção individuais que as estações de tratamento necessitam para funcionar.

Em resposta, a prefeitura de Esmeraldas realizou, em junho, dez reuniões com as comunidades, para apresentar possíveis sistemas de saneamento básico, vantagens e desvantagens de cada um, além dos custos individuais de manutenção.

Apresentadas as propostas, as comunidades definiram seus respectivos sistemas de saneamento: a Micro-ETE foi escolhida para o sistema individual; e a ETE compacta, para o sistema coletivo. Em algumas comunidades haverá um sistema misto, que combinará ambas as soluções, a depender da geografia de cada localidade, a fim de garantir o atendimento adequado aos moradores.

## “Quem precisa de educação ambiental é a Vale!”

Em maio, equipes contratadas pela Vale iniciaram pesquisas nos municípios da Bacia do Paraopeba, para o Programa de Educação Ambiental de Brumadinho e Bacia do Rio Paraopeba (PEABP). Previsto no Anexo 2.1 do Acordo de Reparação, o PEABP tem orçamento de R\$ 243 milhões e deve ser executado até 2031, em 26 municípios atingidos. Executado pela própria mineradora condenada pelo desastre-crime, o programa gerou controvérsia e protestos, além de ganhar, por parte das pessoas atingidas, o bordão: “Quem precisa de educação ambiental é a Vale!”.

Em julho, lideranças da Região 3, acompa-

nhadas pela equipe técnica da ATI Paraopeba Nacab, se reuniram com a Vale, o Ministério Público, a AECOM, a Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e outros órgãos, solicitando transparência sobre o planejamento e a execução do PEABP.

Na reunião, os principais questionamentos foram a invisibilização das comunidades atingidas, no planejamento e na execução do programa; a lentidão da reparação socioambiental na Bacia do Paraopeba; e a preocupação com a perspectiva educacional que será adotada num processo conduzido pela própria Vale.



## Mãos que criam e ensinam: coletivos femininos realizam intercâmbio de ofícios tradicionais

Nos meses de junho e julho, aconteceu o Intercâmbio de Ofícios entre o coletivo Mulheres de Saberes e o projeto Arte do Quilombo. Os encontros foram dedicados à troca de habilidades entre as integrantes de ambos os grupos. O Nacab apoiou e acompanhou todos os encontros.

O primeiro intercâmbio aconteceu em Fortuna de Minas, onde o coletivo aprendeu com as mulheres do Arte do Quilombo a confeccionar artesanato em argila, utilizando técnicas tradicionais - do preparo da massa e a modelagem, até a pintura e a queima das peças. Em julho, foi a vez de Esmeraldas receber as mulheres do projeto, para a continuidade dessa troca.

O coletivo Mulheres de Saberes é formado por mulheres das comunidades de Cachoeirinha, São José e Córrego de Pedra (Esmeraldas).

O projeto Arte do Quilombo é composto por mulheres dos quilombos assessorados pela ATI Paraopeba Nacab, nas comunidades de Beira Córrego e Retiro dos Mo-

reiras, em Fortuna de Minas. O grupo tem desempenhado um papel fundamental no resgate de técnicas tradicionais do artesanato de argila das próprias comunidades e que haviam se perdido ao longo do tempo.



Foto: Luís Henrique do Carmo/Nacab



Foto: Luís Henrique do Carmo/Nacab

## Coletivo Mulheres de Saberes se reúne para aprender sobre Associativismo

Em junho, o coletivo Mulheres de Saberes, de Esmeraldas, realizou, com o apoio do Nacab, a oficina de associativismo, com o objetivo de apresentar as vantagens e as desvantagens da formalização como cooperativa ou associação. A oficina foi ministrada pelo analista da ATI Paraopeba Nacab, Oséias Bento, que é especializado no tema do cooperativismo.

## Curso fortalece autonomia na Aldeia Kamakã

Indígenas atingidos pelo desastre-crime da Vale concluíram, em maio, o curso de construção de Tanque de Evapotranspiração (TEvap), um tipo de fossa séptica ecológica, na Aldeia Kamakã, em Esmeraldas. A formação foi oferecida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), com apoio do Nacab, e reuniu participantes interessados em ampliar conhecimentos sobre saneamento básico e construção rural.



Foto: Luís Henrique do Carmo/Nacab



## Teia Agroecológica fortalece o trabalho feminino na Região 3

No primeiro semestre, as atividades da Teia Agroecológica de Mulheres avançaram na Região 3. Executadas pelo Nacab, por meio de emenda parlamentar, o projeto foi iniciado em outubro de 2025, proporcionando encontros focados em temas de interesse das próprias mulheres, como Associativismo, Alimentação Escolar, Agroindústria, Extrativismo e Comunidades Tradicionais, com destaque para a utilização da Caderneta Agroecológica, metodologia desenvolvida pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e difundida pelo Nacab.

As pautas das oficinas e dos encontros foram decididas para servir como suporte técnico à produção e à comercialização de alimentos. Cálculo de produção e mensuração de vendas, além de oficinas de cozinha profissionalizante e boas práticas de manipulação de alimentos foram temas centrais.

Além dos encontros formativos, foram realizadas oficinas e mutirões sobre quintais produtivos, onde foram apresentadas ferramentas e boas práticas para a produção de alimentos agroecológicos.

O projeto Teia Agroecológica de Mulheres tem duração de um ano, mas a tessitura criada pelas integrantes são os fios que permanecerão vivos, fortalecendo o trabalho feminino na Região 3.

# Prioridade? R\$ 36 milhões chegam para os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres com cinco anos de atraso

A Bacia do Paraopeba vai receber R\$ 36 milhões destinados à construção de Centros de Referência de Atendimento às Mulheres (CREAMs). O termo de recebimento foi assinado em 2026, para a implantação dos espaços em 24 municípios atingidos pelo desastre-crime da Vale. Os CREAMs fazem parte do Anexo 1.3 do Acordo de Reparação, assinado em fevereiro de 2021.

Para cada município serão destinados cerca de R\$ 1,5 milhões, utilizados para implementar e manter, por quatro anos, os Centros de Referência Especializados no Atendimento à Mulher (CREAMs) em situação de violência. Será oferecido aco-

lhimento psicológico, social e jurídico, incluindo atendimento itinerante.

O termo substitui a proposta anterior de criação de um centro único em Juatuba. A criação dos 24 centros é percebida como uma conquista para melhorar o atendimento às mulheres vítimas de violência na Bacia do Paraopeba.

Agora, o desafio é garantir que os recursos não se transformem apenas em uma resposta formal às obrigações do Acordo. As mulheres atingidas ainda esperam por medidas concretas de combate à violência de gênero, cuja intensificação foi um dos impactos do rompimento da barragem em 2019.



Foto: Marcos Oliveira/Nacab



Foto: PH Reinaux/Nacab

## Anexo 1.3: um ano de conquistas e realizações para os Povos e Comunidades Tradicionais

Após anos de luta pela garantia dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), em fevereiro começaram os cursos de formação, escolhidos pelas próprias comunidades tradicionais da Região 3.

Os cursos são viabilizados por meio do Anexo 1.3 do Acordo de Reparação, que tem como objetivo fortalecer as políticas públicas dos municípios atingidos pelo desastre-crime da Vale.

Em 2021, o governo de Minas Gerais, com apoio das Instituições de Justiça, realizou uma consulta pública nos 26 municípios atingidos da Bacia do Paraopeba. O processo ocorreu sem considerar a consulta prévia aos PCTs, como previsto em Lei.

Portanto, depois de ao menos cinco anos lutando pelo reconhecimento dos

seus direitos, os PCTs da Região 3 puderam, enfim, começar os cursos solicitados por cada comunidade, a partir das suas necessidades e interesses.

Os cursos escolhidos e iniciados ao longo do primeiro semestre foram: fabricação de instrumentos e percussão, na Aldeia das Folhas Tenda Pai Julião das Almas (Paraopeba), voltados para a formação musical e à preservação dos ritmos sagrados e dos instrumentos tradicionais afro-brasileiros; informática, no Terreiro de Oxóssi Sultão das Matas (Paraopeba); gastronomia, na Guarda de Urucuia (Esmeraldas); e formação em construção civil, nos terreiros Nzo Atim Kimbé Loyá e Senzala Kazembe Kia Mawanju, ambos em Esmeraldas.

### FEV

#### Curso de informática

Terreiro de Oxóssi  
Sultão das Matas  
(Paraopeba)

### ABR

#### Cursos de fabricação de instrumentos e de percussão

Aldeia das Folhas  
Tenda Pai Julião das  
Almas (Paraopeba)

### MAI

#### Formação em construção civil

Terreiro Nzo  
Atim Kimbé Loyá  
(Esmeraldas)

### JUN

#### Formação em construção civil

Terreiro Senzala  
Kazembe  
Kia Mawanju  
(Esmeraldas)

### JUL

#### Curso de gastronomia

Guarda de Urucuia  
(Esmeraldas)

# Nacab inicia a formação

## Defensores Populares com os PCTs

O Nacab iniciou, no início de 2026, o projeto Defensores Populares, construído com e para os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) da Região 3 da Bacia do Paraopeba, que incluem povos indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, congadeiros e povos de terreiro.

O projeto proporcionará trocas de saberes e intercâmbios entre PCTs de diferentes regiões de Minas Gerais, com o objetivo de favorecer a circulação de experiências, fortalecer redes e construir estratégias coletivas para a defesa dos territórios e dos modos de vida tradicionais.

O primeiro encontro de formação aconteceu em Pequi (MG), com a Guarda de Congado de Nossa Senhora da Soledade, que abriu as portas de suas casas para receber a formação intitulada: Direitos Humanos e Enfrentamento à Mineração.

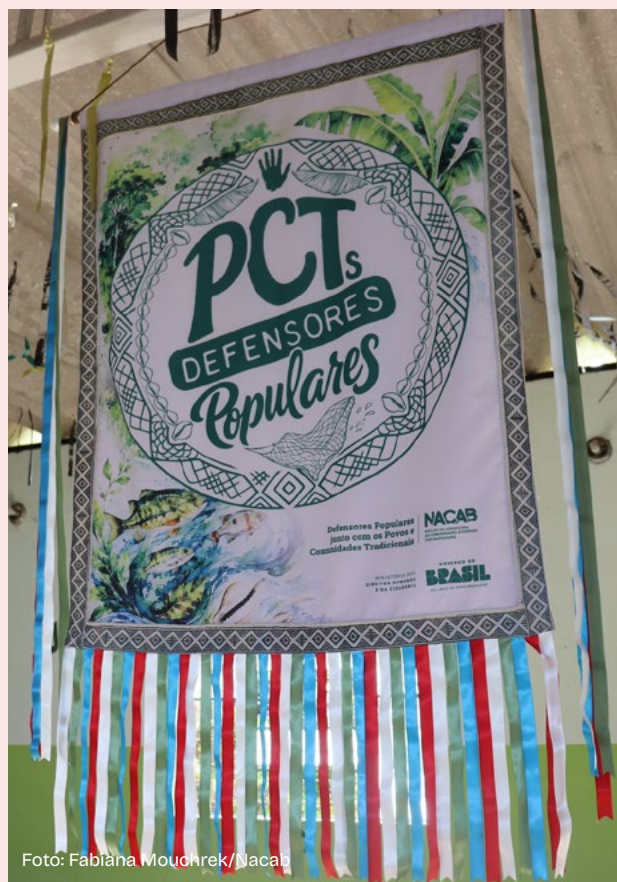


Foto: Fabiana Mouchrek/Nacab



Foto: Fabiana Mouchrek/Nacab

## Dragagem do rio Paraopeba: atrasos e incertezas continuam

No primeiro semestre de 2026, a dragagem do rio Paraopeba seguiu marcada por atrasos e execução insuficiente. Prevista para terminar em junho deste ano, a dragagem do Trecho 1 do rio, entre os km 0 e 3, consta oficialmente como concluída. Na prática, porém, o que ocorreu foi apenas o encerramento da operação das máquinas e da retirada de material, não o efetivo encerramento da intervenção. A auditoria da AECOM registrou que ainda faltam etapas como o monitoramento da água, a conferência dos sedimentos e a obtenção e a análise dos resultados laboratoriais.

O cronograma apresentado pela Vale em abril divide a dragagem em quatro trechos, com previsão de conclusão do Trecho 4 apenas em abril de 2029. Ainda assim, sete anos após o rompimento, a mineradora avançou somente nos primeiros 3 km dos 46 km mapeados, em um percurso que ultrapassa 300 km até a represa de Três Marias.

No fim de junho foi aprovado o licenciamento para a dragagem do Trecho 2, entre os km 3 e 6, com previsão de retirada de cerca de 107 mil m<sup>3</sup> de rejeitos. O método previsto, que inclui o descarte temporário do rejeito em uma área do próprio Paraopeba, antes de sua aspiração e destinação final, gerou questionamentos sobre a eficiência e os riscos da operação, além de críticas à falta de transparência e de controle social.

Enquanto a reparação socioambiental avança lentamente, **estudo realizado pelo Nacab apontou que os rejeitos da Vale continuam avançando**, remobilizados pelas cheias, causando novos danos e ampliando a revitimização das pessoas atingidas. Esses novos danos, decorrentes diretamente dos atrasos na dragagem do rio, estão fora do Acordo de Reparação, que não contempla danos supervenientes, futuros ou desconhecidos no momento do rompimento.

## Região 3 presente no ato em memória às vítimas do crime da Vale

Sete anos após o rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, o dia 25 de janeiro segue sendo um marco de memória e mobilização em Brumadinho. Em 2026, a 7ª Romaria pela Ecologia Integral a Brumadinho reuniu centenas de pessoas atingidas, incluindo familiares de vítimas fatais, movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais e lideranças religiosas, em uma caminhada que levou faixas e cartazes às ruas, em memória às 272 vidas perdidas.

O Nacab esteve presente no ato junto às pessoas atingidas da Região 3 da Bacia do Paraopeba, fortalecendo a participação das comunidades acompanhadas

pela assessoria técnica e somando-se às manifestações que cobraram responsabilização dos envolvidos no desastre-crime, além da reparação justa e integral.

A programação da Romaria se estendeu por dois dias, iniciando com uma carreta organizada pela AVABRUM, no dia 24, e encerrando-se no dia 25, com a soltura de balões às 12h28, horário exato do rompimento, em homenagem às vidas interrompidas pelo crime da Vale. A data também marcou o encerramento das buscas realizadas pelo Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, após mais de sete anos de trabalho, com duas vítimas ainda desaparecidas.

## Recuperação do Paraopeba é tema de romaria em Esmeraldas

Em maio, aconteceu a 7ª Romaria pela Ecologia Integral, em Esmeraldas. Organizada pela Arquidiocese de Belo Horizonte, a romaria teve o objetivo de refletir sobre a preservação ambiental e a dignidade humana. A contaminação do Paraopeba foi o tema central da caminhada, que contou com a participação de pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho. A romaria teve como um dos seus objetivos sensibilizar os moradores de Esmeraldas sobre o atraso e a necessidade da reparação ambiental na Bacia do Paraopeba.



Foto: Ester Louback/Nacab

# Acompanhamento jurídico

## Reparação socioambiental

### Educação Ambiental

Desenvolvimento de um estudo sobre o Programa de Educação Ambiental executado pela Vale, responsável por embasar o conteúdo de um vídeo explicativo às pessoas atingidas. Além disso, houve o envio de um ofício às Instituições de Justiça, indicando preocupações e possíveis problemas sobre o programa.

### Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE)

Acompanhamento das reuniões do grupo ERM, responsável pelos estudos, com as pessoas atingidas.

## Programa de Transferência de Renda (PTR)

Previsto como produto a ser entregue no fim da execução do Programa de Transferência de Renda, a Gerência Jurídica desenvolveu o “Relatório Analítico do Programa de Transferência de Renda – considerações a partir do assessoramento técnico feito pela ATI Nacab na Região 3”.

O documento foi elaborado a partir da análise qualitativa dos subsídios técnicos produzidos pela ATI Paraopeba Nacab, da documentação apresentada pelas pessoas atingidas, dos pareceres de indeferi-

# 516 atendimentos

### Planos ambientais elaborados sem acesso prévio das ATIs

Em 2025, o Nacab enviou ofício aos Compromitentes do Acordo, relatando preocupação com os cercamentos de terras próximas ao rio Paraopeba. A resposta ao ofício, em 2026, demonstrou a existência de dois documentos: o PAE (Plano de Ação de Emergência) e do PGAI (Plano de Gestão Ambiental Integrado), documentos que preveem – em acordo com os Compromitentes – medidas que a Vale deve adotar sobre as demandas emergenciais com água, alimentação animal e cercamentos. Elaborados sem a participação das pessoas atingidas, os documentos não foram disponibilizados para acesso prévio das ATIs e passam por

mento, emitidos pela FGV, e das decisões administrativas no âmbito do PTR. Foram examinados os fundamentos recorrentes para justificar indeferimentos, os tipos de documentos considerados insuficientes ou inválidos e as estratégias das pessoas atingidas, para demonstrar sua relação territorial com as áreas atingidas.

**O relatório evidenciou que dos 216 recursos administrativos acompanhados pela ATI, 111 (51,5%) decisões negativas foram revertidas, 99 (46%) foram mantidas e 6 (2,5%) casos seguem em análise até o momento da conclusão do documento.**

## Produção de documentos

- Ofício à FGV, solicitando a retomada dos atendimentos volantes
- Ofício à FGV e ao Juízo do Núcleo 4.0 de Fazenda Pública da comarca de Belo Horizonte, solicitando a disponibilização de mecanismos onde as pessoas atingidas possam acessar um extrato individualizado do PTR
- Ofício à Vale, solicitando o fornecimento de demandas emergenciais a pessoas atingidas
- Ofício à Vale e às Instituições de Justiça, solicitando o acesso ao Plano de Abastecimento da Vale
- Ofício à FGV, solicitando uma reunião sobre extratos simplificados
- 6 Ofícios à FGV, informando sobre casos individuais de pessoas atingidas com problemas no recebimento de seus pagamentos

**• Relatório Analítico do Programa de Transferência de Renda – considerações a partir do assessoramento técnico feito pela ATI Nacab na Região 3**

- Matérias jornalísticas, em parceria com a ASCOM, trazendo atualizações processuais da reparação
- Nota técnica, em conjunto com a Gerência de Reparação, sobre o Projeto de Lei nº 89/2026, da Câmara Municipal de Esmeraldas, a respeito do Programa Municipal de Incentivo à Pesca Esportiva Sustentável no rio Paraopeba
- Ofício enviado às Instituições de Justiça, indicando preocupações e possíveis problemas sobre o Programa de Educação Ambiental executado pela Vale
- Vídeo com informações sobre a prescrição das ações individuais
- Elaboração, em conjunto com outras equipes da ATI, de manifestação judicial entregue ao Juízo do Núcleo 4.0 de Fazenda Pública da comarca de Belo Horizonte, com contribuições e sugestões sobre os estudos do Comitê Técnico Científico da Universidade Federal de Minas Gerais, após determinação durante audiência de contextualização em 2025
- Vídeo sobre a prescrição do direito de ação por danos individuais
- Nota técnica, com ponderações sobre a necessidade da participação das pessoas atingidas em assuntos relacionados à divisão de recursos do Projeto Piloto do Anexo 1.1

Acesse o relatório  
analítico do PTR:



## Estudo publicado em revista internacional repercute na imprensa

A Ascom da ATI Paraopeba Nacab pautou outros veículos da mídia nacional, contribuindo para disseminar informações sobre o andamento do processo de reparação. Nesse contexto, a principal pauta foi a divulgação da pesquisa geoespacial feita pela gerência de Reparação, que mereceu noticiário de destaque nacional.

Acesse a matéria da  
Folha de São Paulo:



### FOLHA DE S.PAULO

TRAGÉDIA EM BRUMADINHO

#### Rejeitos de barragem de Brumadinho se espalharam por ao menos 2,4 mil hectares após cheias

- OUTRO LADO: Vale afirma que rio Paraopeba tinha contaminação pré-rompimento e que levantamento anterior não encontrou similaridade de sedimentos com rejeitos
- Estudo analisa imagens de satélite para identificar elementos que foram levados por enchentes a áreas não atingidas

**BELO HORIZONTE** Os rejeitos da barragem da mina Córrego do Feijão, da Vale, que se rompeu há sete anos, alcançaram uma área de ao menos 2,4 mil hectares com as enchentes que atingiram municípios da região de Brumadinho (MG) em 2020 e 2022.

A conclusão é de um estudo feito por pesquisadores do Nacab (Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens).

## Produção de materiais audiovisuais e matérias jornalísticas

Cumprindo o papel de realizar a participação informada das pessoas atingidas da Região 3, bem como de toda a sociedade, o Nacab mantém ativos seus canais e veículos de comunicação.

No primeiro semestre de 2026, foram desenvolvidos produtos e conteúdos direcionados a informação, mobilização e envolvimento das pessoas atingidas.

# 335

publicações e inserções



**107** Inserções no whatsapp



**75** Inserções no instagram



**66** Inserções no facebook



**58** Publicações no site



**8** Veiculações em mídia externa

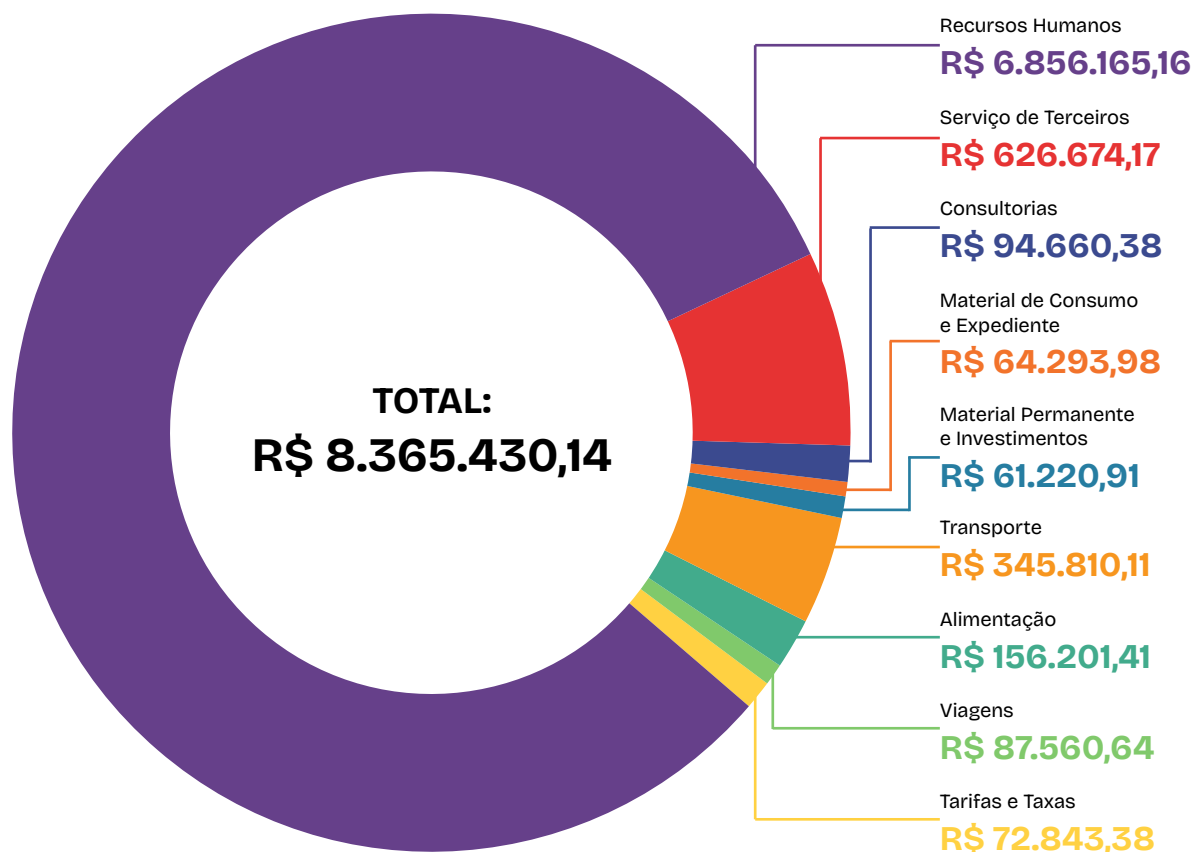


**18** Vídeos publicados

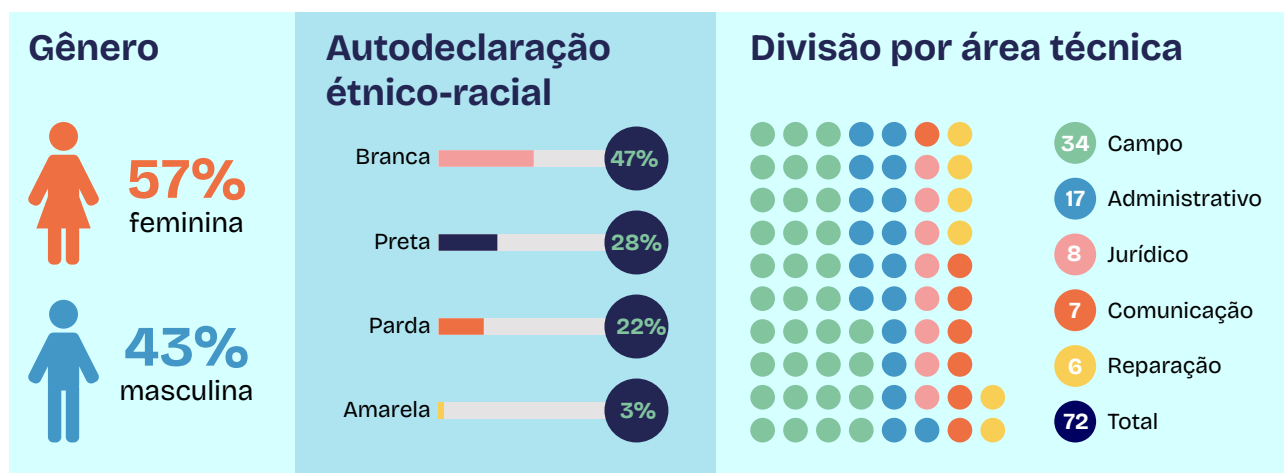


**3** Publicações impressas

## Execução financeira 2026/1



## Equipe 2026/1



# NACAB EM CAMPO

PRODUZIDO PELO

**NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES  
ATINGIDAS POR BARRAGENS (NACAB)  
ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE DA REGIÃO 3**

APRESENTAÇÃO:

**Marília Fontes**

REDAÇÃO:

**Fabiano Azevedo, Ester Louback, Fabiana Mouchrek, Ariane Santos e  
Pedro Henrique Reinaux**

REVISÃO:

**Fabiano Azevedo e Marcos Oliveira**

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

**Luís Henrique do Carmo**

## **ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE DA REGIÃO 3**

COORDENADORA GERAL:

**Marília Andrade Fontes**

COORDENAÇÃO GERAL:

**Alexandre Chumbinho, Marília Andrade Fontes e  
Marluce de Souza Abduane**

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:

**Marluce de Souza Abduane**

GERÊNCIA JURÍDICA:

**Alexandre Chumbinho**

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO:

**Fabiano Azevedo**

## **NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS - NACAB**

Rua Santo Antônio, 30, Apto 2 - João Braz, Viçosa - MG. Telefone: (31) 3885 1794

**Escritório Belo Horizonte** - Rua Bueno Brandão, 351, Santa Tereza

**Escritório Paraopeba** - Avenida Dom Cirilo, 609, Centro

**Escritório Pará de Minas** - Avenida Minas Gerais, 413, São José

**Escritório Esmeraldas** - Rua Senador Melo Viana, n. 158, 2º andar, Centro

Assessoria  
Técnica  
Independente  
**PARAOPEBA**

**NACAB**

NÚCLEO DE ASSESSORIA  
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS  
POR BARRAGENS